

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR  
4ª- EDIÇÃO (2014-2015)**

**CARMEM SOLANGE DE ALMEIDA MOREIRA DA SILVA**

**O CONSELHO ESCOLAR ARTICULANDO A GESTÃO  
DEMOCRÁTICA NA ESCOLA:  
A PARTICIPAÇÃO COMO EIXO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA.**

**SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS**

**2015**

CARMEM SOLANGE DE ALMEIDA MOREIRA DA SILVA

**O CONSELHO ESCOLAR ARTICULANDO A GESTÃO  
DEMOCRÁTICA NA ESCOLA:  
A PARTICIPAÇÃO COMO EIXO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido no âmbito da Sala Ambiente Projeto Vivencial, do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade à distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Antônio Paim Falcetta

Sant'Ana do Livramento

2015

## **Resumo**

Este texto apresenta reflexões que vivenciei como aluna do curso de especialização em Gestão Escolar sendo uma análise das ações do Projeto de Intervenção tendo como foco: Gestão Democrática e a participação dos diferentes segmentos da escola no Conselho Escolar implementadas no período de Novembro/2014 a Julho/2015 em uma escola municipal de Sant'Ana do Livramento. Tendo como referencial para leitura e análise, FREIRE 2003, PARO 2001, LDB, 1996, Cadernos: Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (MEC 2004). Como base metodológica foi usada a pesquisa-ação que se baseia na reflexão, diagnóstico, ação e reflexão. O aspecto mais relevante dentro desta intervenção foi a receptividade da comunidade com o trabalho. Entretanto, um dos obstáculos encontrados foi a frequência de todos os segmentos durante os encontros previamente agendados ao longo do Projeto de Intervenção.

Palavras-Chave: Participação. Gestão Democrática. Conselho Escolar.

## Sumário

1 Introdução .....	5
2 Referencial Teórico .....	6
3 Base Metodológica .....	12
4 Ações Analisadas .....	13
5 Algumas considerações.....	16
6 Referências .....	17
Anexos .....	18

## **1 Introdução**

Este trabalho de conclusão de curso apresenta reflexões a partir da realização do curso de Especialização em Gestão Escolar oferecido pela Faculdade Federal do Rio Grande do Sul.

As reflexões aqui apresentadas são frutos de um projeto de intervenção desenvolvido no período de Novembro/2014 a Julho/2015, tendo como foco da pesquisa ação: gestão democrática e a participação de pais, alunos, funcionários e professores no Conselho Escolar. O PI foi aplicado em uma escola municipal de ensino fundamental localizada na zona urbana de Sant'Ana do Livramento.

O projeto teve como proposta estimular a participação de todos os atores desta comunidade escolar, rever os conceitos de gestão democrática articulados com este colegiado e estudar o estatuto do Conselho Escolar, pois até aquele momento o Conselho existia como exigência legal, não tendo uma participação significativa por parte dos diferentes segmentos que formam a comunidade escolar. Para isso, foram desenvolvidas reuniões, encontros, debates e discussões que proporcionaram o engajamento e a mobilização da comunidade, que teve como ponto relevante a eleição da nova composição deste conselho.

Este trabalho está organizado em dois momentos: primeiro, de cunho teórico, que faz uma revisão da literatura sobre a temática em questão: Gestão democrática, participação dos diferentes segmentos da comunidade dentro do Conselho Escolar; no segundo momento, apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa e uma análise dos dados coletados e também dos resultados que o projeto trouxe em benefício da escola e sua comunidade.

Como material de reflexão, foram utilizados essencialmente textos dos seguintes autores: Freire (2008), Paro (2001) e Libâneo (2004).

Nesta perspectiva, é necessária a soma de esforços, pois ações integradas, contextualizadas e conscientes são fundamentais e estimulam mudanças maiores, que contribuem para a transformação social tão desejada.

## **2 Referencial Teórico**

Os referenciais apresentados constituem a base legal e teórica para as análises e foram selecionados a partir de uma concepção de gestão escolar democrática, pois esta é a linha orientadora do curso.

### **2.1 Concepção democrática da gestão**

A Gestão democrática é um dos princípios da educação nacional, instituído na Constituição Federal de 1988 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e acentua que o ensino será ministrado com base em princípios, sendo um deles a gestão democrática no ensino público. Esta é estruturada nos seguintes aspectos: transparência, impessoalidade, autonomia, liderança, trabalho coletivo, em que o gerir é compartilhado, sendo o eixo deste processo a participação.

O termo gestão significa fazer nascer, germinar, gerir e executar. Desses aspectos depreende-se que a escola é compreendida como um espaço de abertura ao diálogo, ao saber ouvir, de autoridade compartilhada, implicando uma conscientização política de todos os que se comprometem com o processo educacional. É dessa forma que a escola pode contribuir para a construção de uma nova realidade social, com cidadãos críticos sendo sujeitos reflexivos e atuantes na sociedade em que vivem.

A escola deve ser um espaço para a consolidação da democracia, para isto, é necessário que a participação e o diálogo sejam instrumentos fundamentais a sua construção. É um desafio constante, pois os diferentes

segmentos que formam a comunidade escolar não foram estimulados e acostumados a receber decisões tomadas por um grupo centralizador do poder, onde não havia espaço para o questionamento nem para a exposição de ideias e argumentos que fossem transformadores da realidade vivida na comunidade.

Hoje é necessário que o gestor e sua equipe sejam sujeitos mediadores, estimulando a participação de todos os atores no processo educacional. Os processos de participação, por si sós, são processos de aprendizagem e de mudanças culturais construídas diariamente. Participar, pois, baseia-se na construção em conjunto por meio da implantação de um processo de planejamento. Nesse processo, as pessoas participam não submetidas a decisões prontas, mas, sim, inseridas em um ambiente em que todos os saberes são valorizados, em que todos os envolvidos sintam-se construtores de um todo, assumindo-se como seres sociais e históricos, pensantes e transformadores da realidade na qual estão inseridos. Como afirma Freire:

[...] como seres políticos, os homens não podem deixar de ter consciência do seu ser ou do que está sendo, e é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias. A vocação do ser humano não é de ser dominada, modelado ou dirigido, mas “ser mais”, fazer e refazer a sua história, intervindo no seu meio (2003, p.11).

Entende-se, portanto, participação como um processo complexo que envolve muitas possibilidades de organização, diferentes dinâmicas, indo desde uma pequena participação até outras que se caracterizam por processos em que se busca compartilhar as ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo. Para que a participação seja realidade, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição de poder no seu interior.

A gestão democrática, por seu turno, implica a efetivação de processos de reorganização, baseados em uma dinâmica que favoreça as dinâmicas de participação, planejamento e tomada de decisões. Esses processos devem

garantir e mobilizar a presença dos diferentes segmentos do contexto escolar, tendo o diálogo como instrumento de mediação entre todos os atores envolvidos neste contexto. Sobre isso, comenta Libâneo (2004):

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento de objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (LIBÂNEO, 2004, p. 102).

Entende-se como participação, portanto, a tomada de decisões partilhadas com a comunidade escolar ou com os seus representantes, por meio diálogo, do debate de ideias, interesses e a vivência de conflitos. Como seu resultado, há o despertar de uma consciência reflexiva e crítica, que permite atuar em uma sociedade formada por pessoas livres e iguais, com divisão de responsabilidades, em busca de um sistema que partilha problemas e anseios, e constrói coletivamente, dentro de uma ação colaborativa, as soluções. Dentro de tal perspectiva, torna-se cada vez mais necessária uma estreita relação entre escola e comunidade.

## **2.2 Conselho escolar**

As instâncias colegiadas são os espaços de representação dos segmentos da escola: discentes, docentes, pais e comunidade. É na ocupação desses espaços que a gestão democrática ganha forças e pode modificar a realidade escolar e comunitária. Por isso são relevantes as discussões sobre a estrutura organizacional da escola, composta especialmente pelo Conselho Escolar, que possibilita condições tanto para o desenvolvimento interno da escola como também das interações que estabelece com a comunidade. O conselho é o grande aliado dos gestores da escola; para que essa parceria realize um trabalho de acordo com o desejado, no entanto, é necessário que exista abertura ao diálogo, por parte da gestão no sentido de ouvir e aceitar a voz do Conselho; por parte deste, no sentido de desenvolver permanentemente uma cultura de participação e de corresponsabilização. A LDB (1996), sobre essa questão, assim delibera:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas possibilidades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

II – Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (1996).

O Conselho Escolar constitui, assim, uma forma colegiada de gestão democrática, pois deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser uma gestão coletiva, na qual os diferentes segmentos escolares e a comunidade local se congregam para compartilhar o poder e suas responsabilidades.

Os Conselhos Escolares da educação básica são concebidos pela LDB como um instrumento para a gestão democrática, tendo como eixo o exercício do poder por meio do diálogo e da participação na comunidade escolar e local, sendo atribuição principal deliberar, dentro de sua competência, aos gestores, sobre as ações desenvolvidas, para que se atinjam os fins desejados pela escola. Com esse encaminhamento e amplitude de olhares, se ganha em significado não apenas para os gestores, mas para toda a comunidade escolar e local, exercitando-se a voz dos diferentes atores que formam o contexto e que contribuem para a gestão e para o fazer pedagógico da instituição escolar. Esse movimento torna a escola pública participativa, tendo como papel fundamental a construção de uma sociedade de cidadãos atuantes, comprometidos e corresponsáveis com o desenvolvimento das ações e relações ali existentes, sendo esta construção permanente e coletiva.

Por isso, a função do Conselho Escolar é de um órgão deliberativo, consultivo, mobilizador e fiscalizador. É um parceiro de todas as atividades que se desenvolvam na escola, o grande articulador da gestão democrática no contexto escolar. O fortalecimento dos conselhos escolares abre, desse modo, espaços de decisão e deliberação sobre as questões pedagógicas, administrativas, financeiras da escola. Esse processo de mudança estabelece ações compartilhadas de organização coletiva entre a equipe gestora e atuação do Conselho Escolar, definindo claramente as atribuições e o papel

político que cada um representa, destacando também as atribuições comuns a estas duas instâncias e suas formas de articulação político-administrativo-pedagógicas. Dentro desta visão, Paro (2001) afirma que:

[...] Uma solução que se poderia imaginar para essa questão é a de adotar o conselho de escola de funções diretivas. Dessa forma, o responsável último o diretor, passando a ser o próprio conselho, em corresponsabilidade com o diretor, que dele também faz parte. A vantagem desse tipo de solução é que o conselho, na condição de entidade coletiva, fica menos vulnerável, podendo tomar medidas mais ousadas, sem que uma pessoa, sozinha corra o risco de ser punida, pelos escalões superiores. Supõem-se que, assim, o dirigente da escola detenha maior legitimidade e maior força política, posto que representa todos os setores da escola. Seu poder de barganha e sua capacidade de pressão, para reivindicar benefícios para a escola, seriam, também, superiores ao do diretor isolado. (2001, p. 81-82)

Nessa perspectiva, a comunidade escolar é muito mais beneficiada e reconhecida por parte da classe política, pois esta percebe o poder de mobilização que as classes menos favorecidas têm. Cabe a escola e ao Conselho Escolar buscar e provocar esse movimento para obter conquistas para a comunidade da qual faz parte.

### **3 Base Metodológica**

A base metodológica foi a pesquisa-ação, que visa ao diagnóstico, à ação, à avaliação e a reflexão, num começar e reiniciar este processo de pesquisa, que se processa de modo cíclico. A pesquisa-ação partiu da necessidade de promover a participação efetiva dos membros do Conselho Escolar, tendo como objetivo principal promover a participação dos integrantes por meio da organização democrática, estimulando o seu comprometimento para gerarem-se as mudanças necessárias. Para realizar esta pesquisa, foram utilizados procedimentos, tais como encontros e debates, objetivando a participação dos envolvidos nos diferentes segmentos do contexto escolar, a aplicação de questionários, para verificar o conhecimento que a comunidade tem referente ao órgão colegiado em estudo, reuniões para debater e estudar o

estatuto do Conselho Escolar e suas atribuições, tanto no âmbito nacional como local. Essas ações foram desenvolvidas de novembro de 2014 até maio de 2015, sendo que continuaram a ser realizadas outras, a fim de alcançar o objetivo almejado, que era a participação mais efetiva da comunidade escolar no Conselho.

A intenção deste trabalho, portanto, foi de promover não só a participação efetiva dos membros do Conselho Escolar, como desenvolver uma mudança na ação, na cultura e no pensamento dos envolvidos na comunidade escolar da qual faço parte no sentido do incremento da participação de todos.

#### **4 Ações analisadas**

Durante a implementação do Projeto de Intervenção, que teve como foco a Gestão democrática e a participação dos pais, alunos e funcionários no Conselho Escolar, foram realizados encontros, reuniões, debates, discussões a fim de fundamentar conceitos referentes à participação, à gestão democrática e ao Conselho Escolar.

Essas ações foram elaboradas e executadas, tendo como fim sensibilizar e mobilizar a comunidade escolar para uma participação efetiva e significativa, para que se tornem agentes transformadores no meio em que vivem. Segundo o filósofo colombiano Bernardo Toro (2007)

A mobilização social é muitas vezes confundida com manifestações públicas, com a presença das pessoas em uma praça, passeata, concentração. Mas, isso não caracteriza uma mobilização. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum buscando cotidianamente resultados decididos e desejados para todos. (Toro, 2007, p. 104.)

Os primeiros momentos foram de sensibilização e estudo para que todos os envolvidos na comunidade escolar tomassem conhecimento das necessidades e potencialidades que o grupo enquanto escola tinha, e também para o estudo e a reflexão do estatuto do Conselho Escolar. Nos meses de abril e maio de 2015, a equipe diretiva fez reuniões periódicas com cada

segmento que forma a instituição para conhecer, explicar e discutir o estatuto desse colegiado e começar a pensar nas eleições que ocorreram em julho de 2015.

Em posse dos questionamentos respondidos pela comunidade, foi feito o seguinte diagnóstico: o segmento dos professores e funcionários tinha maior conhecimento da estrutura do conselho; já o segmento de pais e alunos era o mais fragilizado pela falta de conhecimento.

Entre os meses de dezembro de 2014 e abril de 2015 foram desenvolvidas reuniões de estudo com professores, pais, alunos e funcionários para se conhecer o estatuto do Conselho Escolar e se apropriar das atribuições que este desempenha.

Já no dia 12 de junho de 2015, reuniu-se a comunidade escolar em assembleia geral com representação expressiva de todos os segmentos para formar as possíveis chapas, ficando decidida a formação de chapa única, composta da seguinte maneira: quatro representantes de pais, quatro representantes de alunos, quatro representantes de funcionários e quatro representantes de professores. A eleição foi realizada no dia 13 de julho de 2015, das 8h às 18h30, nas dependências da escola.

A partir dessas participações desenvolvidas em reuniões, debates e encontros, os envolvidos conheceram a importância do Conselho Escolar e perceberam que esse colegiado é um fundamental aliado para uma ação educativa que considere os vários pontos de vista da comunidade escolar. Além disso, tem o papel de encaminhar medidas qualificadas para o bom desempenho das atividades tanto pedagógicas como administrativas da escola.

Houve também uma ação que não estava planejada – uma estratégia do governo municipal da prefeitura de Sant’Ana do Livramento –, que foi a realização do Orçamento Participativo no dia 26 de junho de 2015, conforme a qual a população reunida decidiu as prioridades de investimentos no bairro. A escola, junto com o Conselho Escolar e a comunidade local, trabalhou coletivamente por meio de chamamentos, utilizando uma moto com áudio para convocar à participação, distribuindo panfletos. Ainda alunos e professores

realizaram visitas domiciliares, reforçando o convite, para que todos participassem e usufríssem do seu direito à voz e ao voto. As prioridades elencadas desta comunidade foram: a pavimentação das principais ruas do bairro e a cobertura da quadra esportiva da escola. Expressivo número de moradores compareceu ao evento, tendo as demandas solicitadas e aceitas, ficando em primeiro lugar a obra de pavimentação; e a cobertura da quadra esportiva em segundo lugar, sendo a única demanda na área da educação desta região.

Pode-se afirmar que este projeto de intervenção trouxe avanços para a escola, pois está havendo um envolvimento maior de todos. A participação está se efetivando em um exercício diário na escola, o que antes não era notado. As decisões não ficaram apenas sob a responsabilidade do gestor, assim a prática de gerir um bem público se torna mais leve e dinâmica, pelo fato de todos serem corresponsáveis por trazer e manter melhorias para o fazer político-pedagógico-administrativo desta instituição escolar.

Com o desenvolvimento deste Projeto de Intervenção, observou-se que os pais que vinham à escola apenas para exigências rotineiras (conselho de classe, matrícula e rematrícula) começaram a frequentar espontaneamente e com maior autonomia para manifestarem suas ideias, tornando-se mais comprometidos e percebendo-se sujeitos aptos a colaborar com a construção coletiva. Os alunos, inclusive os que ainda não fazem parte do Conselho Escolar, sabem que a escola é um espaço aberto ao diálogo, em que todas as ideias propostas são discutidas e avaliadas quanto à sua aplicabilidade. Por parte dos funcionários e professores que antes deste PI conversavam e queixavam-se entre si a respeito das problemáticas da escola, hoje são e têm acolhidos no Conselho Escolar seus anseios, dificuldades e sugestões de melhoria, porque sabem que neste espaço serão ouvidos e respeitados, e que dentro do possível os problemas serão resolvidos.

Compreendo, portanto, que o Conselho Escolar é um espaço fundamental que existe dentro do contexto escolar no qual os diferentes segmentos podem vivenciar momentos de análise, reflexão, discussão e

construção coletiva. Deve ser um espaço no qual todas as vozes sejam ouvidas e que todos tenham a garantia do direito de manifestação.

Mudanças só acontecem a partir de ações que são minhas, tuas e nossas, ou seja, dependem da articulação de todos! Nesse sentido, Freire (1981, p. 79) afirma que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho e na ação-reflexão”.

## **5 Algumas Considerações**

Durante a realização do Projeto de Intervenção, através das ações desenvolvidas, houve resistência em aceitar as modificações de estruturas que já estavam solidificadas e que não correspondiam aos anseios que a educação de hoje exige. Muitas vezes houve a necessidade da mediação de conflitos que surgiram entre os diferentes componentes do contexto escolar, pois a inexperiência de alguns mostrou o quanto o processo democrático ainda deve ser aprimorado. Mas o aspecto mais significativo foi o aprendizado que o projeto e o curso trouxeram à escola como um todo, pois quando se trabalha de modo isolado os resultados são muito mais modestos e não se é notado pelo poder público. Quando os esforços da comunidade e da escola somam-se, no entanto, percebem-se os benefícios, uma vez que quanto mais organizados, maior o poder de barganha e de negociação, bem como maior a visibilidade em relação aos entes públicos.

Retomando a experiência vivenciada a partir das ações aqui já mencionadas, é possível afirmar que tornar a escola um bem público democrático é um exercício diário e que tem o diálogo como base para a construção da gestão democrática. Esta se processa com o debate, o diagnóstico e os encaminhamentos da análise feitos por pessoas com diferentes conhecimentos e saberes, e que sabem o que necessitam para mudar a realidade em que vivem. Para isso, devem existir momentos de flexibilidade para que as tomadas de decisões sejam coletivas, e não individuais ou centralizadas em um pequeno grupo.

A partir dessa experiência, foi constatado que a participação é o instrumento para efetivar a gestão democrática na escola, e o Conselho Escolar, o principal articulador e mobilizador da comunidade. Deve partir da equipe gestora o chamamento à mobilização e à participação, dando voz e vez a todos os participantes do contexto escolar na busca de uma educação de qualidade e de uma sociedade mais justa e igualitária a todos.

É correto mencionar, portanto, que *para existir a gestão democrática, é fundamental uma participação estruturada pelo diálogo, pelo trabalho coletivo, pela ação e pela reflexão.*

## **6 Referências**

Brasil, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Elaboração: Igenes, Pinto Navarro, Brasília: MEC, SEB, 2004. Caderno 5 Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e Escolha do Diretor.

\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96

FREIRE, Paulo: "Pedagogia do Oprimido, RJ. Editora Paz e Terra (1981) p.79.

FREIRE, Paulo (2003) Política e Educação: Ensayos, 7ª ed. São Paulo, Cortez.

LIBÂNEO. J.C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, VH. Escutas sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.

TORO, J.B; WERNECK, N.M.D. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica (2007) p. 104.

## **Anexos**

Cópia da ata da eleição do Conselho Escolar realizada no dia 13/07/2015:

Em 11 de julho de dois mil e quinze, realizou-se nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Abreu Faria no horário das oito às dez horas, a eleição do Conselho Escolar, biênio 2015/2017, a qual teve caráter único composta pelas seguintes componentes, representantes de todos os segmentos da comunidade escolar segmento pais: Nelli Bentes da Fontoura, Nairlei Borges Nunes Brites, Patrícia Solange Perez, Marilene da Rosa Silva, segmento professores: Gladis Zinha Dornely, Nara Rosane Rodrigues Beintez, Joana Velasque Ribeiro, segmento alunos: Eliziane Gomes Lart, Henrique Mateus Rodrigues Franco, Leonora Menezes do Espírito Santo, Jacqueline Borges Nóbrega, segmento funcionários: Antonio Peres da Silva, Ulysses Gomes dos Santos, Comilena Alves Mota, Jovelina Almeida da Silva, e ainda do segmento professores professora Eliane Loefgren Prates, participaram também os alunos maiores de doze anos, pais, funcionários e professores deste estabelecimento de ensino. O término da votação, conforme horário descrito no edital, realizou-se a apuração dos votos pela comissão eleitoral e executiva. Com a presença das mesárias Sandra Pontes apresentando o seguinte resultado: cento e cinquenta e três votos válidos e cinquenta e dois votos nulos, num total de cento e noventa e cinco votos.

1 votantes, confirmando assim a chap  
(única), descrita acima, como vencedora. Nada  
1 havendo para constar, lavrou-se a presente  
2 vai por mim assinada e demais presentes. Sa  
do Louramento, 13 de julho de 2015. ~~Carmin~~  
1 Carmem fernanda Silveira, emily liliandra da silva  
2 Felix Mateus Gomes Luiza ALESSANDRA LOIS  
1 Luiz EDUARDO SOARES ROSANO MAI RINARI, CRISTIAN  
2 ~~Dandiele~~ ~~Elizabeth~~ Sianora Pintos Gomes, ALESSON DE  
3 Francielle ~~Rey~~ ~~Kelly~~ Carlos Eduardo ~~ton~~  
4 Roberto Reduz ~~Armes~~. Luciele Rey da Silva Brenda  
1 Quecler. DENNER AUGUSTO, ERICK DIAS DA ROSA Keli Vanessa B  
2 Priscila dos Santos silveira, Luis Daniel Rodriguez  
3 MAIA GABRIELA PEIXO DA SILVA, Thiago P. Rodriguez, Luana  
4 Greenaete Redussa Simões, Guillermo Martins Pintos, ~~Burlesco~~  
5 VALESKA DOS SANTOS QUINTERO SATHAN ~~Santos~~  
6 VINICIUS SALAZAR QUEVEDO, PEDRO GARCIA RODRIGUES ~~HELE~~  
7 OLIVIA MOHAMED TEIXEIRA ~~CRONINI~~ WENEGY ~~Landry~~  
8 BENTO JUNIOR MACHADO GOMES. VITOR MATEUS DOS SANTOS  
9 Beatriz Jacques, Elizabeth Gomes goulart, Denner Belmonte  
0 PAULO ALESSON BUZARTE VINICIUS LUCAS RODRIGUES  
1 VITORIA DA ROSA DUTRA, Andreyno Brites, Marlon Fernando ~~mel~~  
2 CARVALHO, Vinicius Cardoso da Rosa, Julele Marques ~~Josen~~  
3 Beatriz Borges, Eliza Vitória Silva da 5ª Taimara  
4 Goularte Goularte, Julia Mathews BURTON, Anna D. ~~Wiza~~  
5 Junior Quintinho KOTAOKESKI, Anne Caralimne Chagas  
6 CIO DANIEL CRUZ MARTINS, ~~Carmin~~ ~~Christina~~ ~~de~~ ~~la~~ ~~ro~~ ~~ta~~, WILSON  
7 IRA SUAREZ, Carmem Moreira, ~~Mo~~ ~~lita~~ ~~Aluna~~ ~~da~~ ~~Ala~~. Edene  
8 Rosimonde ~~Silva~~ ~~Martins~~, Alexandra Rodrigues, Leonardo  
9 Fiana Bitencourt, Marta Pulcino ~~Ferreira~~, Gabriela  
0 Peduzzi, Maria Elizabeth Machado Rey, Amarelle das Santos flo

Discretos das fúrias Mari C.S. Trindade, Selimar Belmonte de  
Joceli da Silva Ramos, Jussara, Fátima, Quelos, Jor  
Melo Harbode, Adewin Mota da Silva, Jovirine Almeida  
Eute Soar, Maria fl. Guadalupe Martins, Eduardo Vieira Soar  
Vêra Soar, Gracy Fenders, Maria Clotilde Thomas, June  
Lira, Flara Benites, Noeli Lemos da F. Marques, Luciana Abre  
TEPERSON Tomilera Alves Mota, Ana Luísa Vaqueiro. Sue  
raizete P. Mura, Zélia dos Reis, Jomara dos Santos, BRU  
SHELIA LINDA MOURA, Sandra Pontes, Luciana F. Rorato  
Gomes, Valéria Saldanha, Vilma Gomes dos Santos, Claudete  
Adriana Soares, Lucimar G. C. Alex Oliveira dos Santos,  
Helena, Jocelle Mendonça Borges, Leão Claudio Trindade Jor  
MILONE VANDRAME NESSÉ MEZZO, Felipe Menezes Cubatig, Tainora  
Peres, Alisson Lopes Souza, Sandra M. Borges, Lúcia dos Santos  
número de votantes foi de cento e cinquenta  
sendo cento e quarenta e oito sim e quatro  
não e um voto em branco. Nada a mais a  
confirmamos a chapa única vencedora sendo  
di dados: Professores: Gladis Terezinha Dormelles,  
Rosane Rodrigues Benitez, Eliane Lafgren Prates,  
Velasque Ribeiro; Antonio Peres da Silva, Vil  
mes dos Santos, Emilema Alves Mota, Jocelina  
de Almeida da Silva, Noeli Lemos da Fontoura  
Marlei Borges Nunes Brites, Patricia Solange Per  
ra, Marilene da Rosa Silva, Eliziane Gomes  
Henrique Mateus Rodrigues França, Leonardo Menezes  
pinho Santo, Magueline Borges Mello, Larra - si a p  
ata que vai por mim assinada e demais presen  
Pontes, Caruêzinhos do Route.

Fotos do Orçamento Participativo realizado no dia 26/06/2015:

